



PROJETO DE LEI Nº 0030-11 DE 14 DE MARÇO DE 2011

Altera a redação do artigo 1º. da Lei Municipal nº 2.202/1996 e institui o bônus alimentação perecível aos servidores públicos municipais do Poder Executivo.

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.202/96, de 24 de abril de 1996, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - É instituído o Programa de Auxílio Alimentação para o fornecimento de bônus alimentação perecível e cestas básicas aos servidores municipais ativos do Poder Executivo, bem como aos inativos e pensionistas do Município.

§ 1º Será concedida uma cesta básica/mês para cada servidor, que terá, no mínimo, a composição prevista no anexo I desta lei.

§ 2º O Poder Executivo poderá substituir produto integrante da cesta básica, prevista no anexo I desta lei, desde que por outro de valor nutritivo e custo equivalentes, através de decreto.

§ 3º O Programa de Auxílio Alimentação de cesta básica é facultativo, sendo que aos servidores que optarem pelo não recebimento do benefício, deverão requerer expressamente o seu cancelamento.

§ 4º O bônus alimentação perecível (bap), será fornecido em pecúnia, na razão de R\$ 100,00 (cem reais), para os servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas.

§ 5º O valor do limite estabelecido no § 4º será atualizado por decreto, na mesma data e índice de reajuste ou aumento concedido aos servidores.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 14 DE MARÇO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0030-11, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando à V.Sras., para apreciação, o presente projeto de lei, que tem por finalidade a alteração da redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996 e a instituição do bônus alimentação perecível (bap), aos servidores públicos municipais do Poder Executivo.

A Lei Municipal nº 2.202/1996, estabeleceu a concessão de cesta básica aos servidores públicos municipais, composta exclusivamente por produtos não perecíveis, tais como arroz, feijão, café, óleo vegetal, entre outros.

No que concerne aos produtos perecíveis, em virtude da pouca durabilidade, o Poder Executivo deixou de fornecer os mesmos, haja vista a necessidade de estocagem em locais especiais, com refrigeração e em condições ambientais específicas.

Como forma de resolver o problema, e tendo em vista a necessidade de fornecer aos servidores públicos municipais em atividade, o acesso a estes produtos indispensáveis para uma boa alimentação e qualidade de vida, a forma encontrada foi à concessão de um bônus pecuniário.

O bônus alimentação perecível (bap), possibilitará a aquisição de produtos perecíveis, tais como carne, ovos, pescados, presunto, produtos lácteos (margarina,

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

queijo, etc.), sem deixar de prestar o fornecimento dos demais produtos existentes na cesta básica dos servidores.

O bônus alimentação atingirá 100% (cem por cento) dos servidores públicos do Poder Executivo, além dos inativos e pensionistas.

A busca de melhores condições de vida, propiciando uma alimentação saudável é o intuito da criação do referido bônus, possibilitando que o servidor possa ter acesso a alimentos saudáveis e de qualidade.

Outra alteração na norma legislativa discutida é a possibilidade de alteração dos itens constantes no anexo I, que compõe a cesta básica do Poder Executivo, através de decreto. Tal prerrogativa não acarretará qualquer prejuízo aos servidores, visto que não poderão ser retirados itens da lista de composição, somente incluídos ou alterados por produtos da mesma, ou melhor, qualidade.

São estas as razões que justificam a aprovação do presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 14 DE MARÇO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito